

ATA 252ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO GESTOR **APA CAPIVARI-MONOS**

Data: 04 de março de 2026 Quarta-feira

Horário: das 10:00h às 13:00h Presencial.

Local: TEIA Parelheiros

Endereço: Estr. da Colonia Mário Reimberg Christe, 2500 - Parelheiros

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

O registro fotográfico dessa reunião encontra-se anexado a este documento, no Anexo I, assim como orienta a Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Gestor APA-CM – Gestão 2025-2027.

A ATA anterior, da reunião ordinária da APA Capivari-Monos, foi aprovada através do envio de e-mail para os conselheiros.

Pautas:

- I. Abertura da reunião
- II. Cachoeira São Manoel: Discussão sobre área privada e obras para abertura
- III. Balanço da Operação Cachoeira (Verão 2026)
- IV. Operação Verão 2026 - Combate ao turismo clandestino
- V. Apresentação da Estratégia de Educação Ambiental (EAP)
- VI. Mutirão de limpeza na Represa Billings
- VII. Encontro com educadores da URE Sul 3
- VIII. GT Cães Errantes
- IX. GT Estrada Rural
- X. Ações da Gestão
- XI. Encerramento e Encaminhamentos

Abertura da reunião

Gestor Roberto Carlos inicia a abertura da reunião com um agradecimento aos participantes e agradecimento pela presença dos conselheiros e dá início a reunião.

Cachoeira São Manoel: Discussão sobre área privada e obras para abertura

Roberto Carlos apresenta a visita técnica que foi feita na Cachoeira São Manoel e na sua estrada de acesso principal, nela informa que conseguiram contato com o dono da cachoeira e está sendo planejado.

Conselheiro Luiz (Português), do SOS Marsilac, faz um pequeno histórico da cachoeira e da importância religiosa que tem para práticas religiosas de matrizes africanas. Português informa que já existe um diálogo com algumas das lideranças religiosas para manter o local limpo após as cerimônias religiosas, mas que precisa ser expandido para que todos possam se ajudar.

Português dá destaque para a proteção das águas na região e a importância de ter uma rede de esgoto funcionando para impedir a poluição dos cursos d'água. Apresenta a ideia de colocar plantas de tratamento de água menores em cada região, em vez de bombear a água para uma planta central. Coloca a possibilidade de obter royalties para os produtores de água da região para o dinheiro ser reinvestido nos locais que protegem as nascentes de água.

Balanço da Operação Cachoeira (Verão 2026)

Roberto apresenta as ações da CT Defesa e Valorização do Patrimônio Ambiental que voltou com as ações da Operação Cachoeira e apresentou as ações e resultados das ações realizadas durante o Carnaval 2026. Foram 4 dias de operação (14/02 a 17/02) feitas em conjunto da GCM Ambiental, PM Ambiental, Vigilância do PESM -Núcleo Curucutu e ACOPOLO. Não foram encontrados nenhum sinal de turismo clandestino durante as vistorias.

Conselheiro Marcelo, da Fundação Florestal, apresenta o PESM suas áreas e núcleos e as atividades que são feitas dentro do parque, entre elas trilhas e visitas de turismo ecológico. Apresenta o resumo das ações que são feitas pela vigilância do PESM – Núcleo Curucutu e que essas ações são feitas em alta temporada e durante os fins de semana para impedir entrada clandestina no parque. Relata que já houve risco de morte de uma pessoa que foi salva por um guarda-vidas que estava próximo do local.

Marcelo destaca que o PESM é um atrativo turístico, mas que é perigoso, especialmente para quem entra de forma clandestina, pela falta de estrutura de alguns locais, fala que os locais fechados estão fechados pela segurança das pessoas. Informa que para visita segura pode-se entrar em contato com o PESM e agendar um horário e trilha específica com um monitor, e o valor pago é vai diretamente para o monitor acompanhante.

Inspetor Cândido e Inspetor Ramos da GCM Ambiental falam sobre as ações que a GCM Ambiental tem feito no território, com destaque para a fiscalização das aldeias indígenas,

mediação de conflitos entre proprietários de terras e indígenas, apoio ao PESM – Núcleo Curucutu nas fiscalizações. Fala que as autuações estão sendo aplicadas no CPF individual de pessoas que entram ilegalmente nas Unidades de Conservação. Destaca-se um ocorrente atual que é a entrada de caminhões de concreto dentro da APA para realização de construções irregulares, onde é proibido utilizar concreto para a construção dentro de áreas de preservação sem licença ambiental.

Português pergunta da colocação de mais sinalização para diminuir essas ocorrências e Inspetor Cândido responde que muitas vezes as placas que são colocadas são removidas, porém ele informa que se souber que havia uma placa que foi removida ele ainda aplica autuação.

XXX faz uma pergunta sobre a construção de pontes sobre cursos d'água se eles dão autorização e se é possível ou proibido, pois para o acesso em certas propriedades é necessário passar sobre um curso d'água. Inspetor diz que não se pode fazer construção de concreto sem autorização e que pode ser feita com madeira ou técnicas sustentáveis, mas informa que não emitem autorização, somente realizam a fiscalização. Miguel informa que a autorização é feita pela CETESB e que se deve procurar por eles ou com a SABESP e que a prefeitura não emite essas autorizações.

Português perguntou sobre o aterramento de um lago artificial, que por causa das chuvas, estourou e o dono não gostaria de manter o lago. O Inspetor informou que para isso é necessário autorização e de uma análise de técnico.

Roberto apresentou placas de restrições em área de proteção ambiental que serão colocadas no território e informou que são 50 placas disponíveis no momento. Falou que as placas serão colocadas e monitoradas caso sejam danificadas ou removidas uma nova será colocada no lugar.

Roberto também informou sobre a sede das APAs que estão em processo de construção no Vargem Grande, onde ficará a sede da APA Capivari-Monos, APA Bororé-Colônia e a futura APA Embura-Jaceguava. Na sede também terá um espaço para eventos e um auditório para reuniões e palestras.

Português sugere a realização das Câmaras Técnicas (CT) na região, como por exemplo Marsilac, pois muitos moradores não tem transporte ou dificuldade de chegar em locais mais distantes e informar as pessoas locais e disseminar a existência da APA e suas ações na região.

Apresentação da Estratégia de Educação Ambiental (EAP)

Tabata e Adilson, da UMAPAZ, fala sobre a Escola de Agroecologia de Parelheiros e o papel que ela desenvolve como disseminadora de conhecimento agroecológico na região. A EAP faz parte da UMAPAZ e seu objetivo é propagar o conhecimento e técnicas que podem ser utilizadas por moradores para resolver problemas que eles enfrentam no dia a dia e que seja resolvido de forma sem agredir o meio ambiente através de cursos, palestras, oficinas e aulas oferecidas na EAP.

São apresentadas técnicas agroecológicas e exemplos que existem fisicamente na EAP e como funcionam. Algumas das técnicas são biodigestor, ciclo de bananeiras, meliponicultura, banco de sementes e outras mais.

Português pergunta sobre a possibilidade de realizar um curso no Marsilac, pois sitiante da região aproveitariam os cursos. Adilson informa que é possível levar os cursos para locais mais afastados, mas é necessário saber a quantidade de interessados para garantir uma presença mínima no curso. Tabata destaca a necessidade da população se manifestar sobre os cursos que eles querem que sejam feitos e levados até eles.

Lucas, do PAVS, apresenta o projeto do PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis) de existe para fomentar a educação ambiental nas UBSs e juntar as questões ambientais com as de saúde. Ele informa que muitas das técnicas apresentadas estão sendo implementadas nas UBSs da região para demonstrar a eficácia delas para a população. Português informa uma UBS que está com esgoto sendo jogado atrás de uma linha de trem e é possível implantar uma das técnicas para diminuir o impacto ambiental desse esgoto, Lucas fala que é possível verificar com a gestão da unidade para verificar essa ação.

Conselheira Vera, da RPPN Curucutu, pergunta se não é possível a criação de um boletim mensal ou bimestral que informa sobre as ações tomadas no mês para divulgação. Tabata informa que há um processo em andamento para realizar a divulgação das ações.

Mutirão de limpeza na Represa Billings

Roberto Carlos e conselheira Maria Júlia informam sobre o mutirão de limpeza na Represa Billings, que será feito no dia 14 de março, será feito na região do Barragem no Vera Cruz. Roberto informa que o local foi escolhido por ser uma grande atração turística, porém é desordenada e acaba gerando muito lixo no local, a intenção é organizar o turismo que ocorre no local. Júlia apresenta as rotas e locais turísticos existentes e a importância dessa ação para o turismo na região. Roberto Carlos falou que será feito a rota após o mutirão.

Encontro com educadores da URE Sul 3

Roberto informa que o documentário sobre a Cratera de Colônia já está sendo exibido em algumas das escolas, foi conversado com os educadores da URE Sul 3 para realizar a exibição dentro das escolas. Roberto mostra o material que será distribuído nas escolas para os alunos saberem mais sobre a Cratera de Colônia. A meta é que até junho, junto com o Seminário da Cratera de Colônia, 120 mil pessoas tenham conhecimento sobre a Cratera de Colônia.

GT Cães Errantes

Bruno, secretário da APA, apresentou a resposta gerada pela demanda criada pelo GT Cães Errantes, onde foi pedido apoio e soluções para os problemas enfrentados. Foi apresentado um modelo de folder para distribuição e conscientização sobre a convivência de animais silvestres e

domésticos, dados sobre os animais que estão sendo tratados e quantos casos tiveram, apoio da GCM para instalação de câmeras para o Smart Sampa e direcionado para a COSAP para obter o Castramóvel para levar a castração e vacinação dos animais nos bairros mais distantes.

Roberto reforça que a gestão é junta do poder público e da sociedade civil e que somente com ação conjunta pode-se provocar mudança, fala que somente com os GTs o poder público sabe o que ocorre no território e pode tomar ações de solução.

Lucas informa que o Castramóvel tem critérios específicos para a disponibilização dele, eles são: um local público com acesso à energia elétrica; local de suporte para os agentes de saúde (comer e necessidades básicas); local plano e fechado. Também informa que não é a COSAP diretamente que realiza a ação, eles têm convênios com a sociedade civil que fazem essas ações.

GT Estrada Rural

Roberto pede que Carlos (Carlão), conselheiro da APA Bororé-Colônia, apresente como que eles conseguiram a pavimentação ecológica da Av. Paulo Guilguer Reimberg. Carlão informa que foi através do Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia e conselhos participativos, colocando a demanda no orçamento cidadão, através de conversas com o Secretário da SVMA e Secretário da SMSUB, provocação da sociedade civil para participar no processo, justificando a necessidade da pavimentação, provoca a SVMA e a Prefeitura a apresentar um projeto de pavimentação que o Conselho Gestor exige que seja feito com pavimentação ecológica. A verba para financiamento vem do FUNDURB, obtida com o a reunião e diálogo com os secretários da SVMA e SMSUB e o prefeito Ricardo Nunes.

Bruno, apresenta o status dos SEIs com demandas de pavimentação e manutenção das estradas rurais da região, são 3 SEIs que estão com a Assessoria Técnica de Obras e Serviços (Secretaria Municipal das Subprefeituras) e Coordenadoria de Projetos e Obras (Subprefeitura de Parelheiros) aguardando resposta.

Conselheiro Bruno Frões, da ACOPOLO, pergunta se esses SEIs podem ser usados para provocar o poder público e Roberto afirma que sim, fala que as demandas são enviadas através do Conselho Gestor, mas o movimento político é feito pela sociedade civil.

Conselheiro Sílvio, da Subprefeitura de Parelheiros, fala sobre a grande quantidade de vias e estradas que compõem o território e a dificuldade que a subprefeitura enfrenta pela baixa quantidade de maquinário e pessoal comparado ao número de vias que precisam de atendimento. Também ressalta a dificuldade de locomoção dentro do território visto que emergências surgem em locais distantes uns dos outros.

Português questiona o valor que é cobrado pela manutenção das estradas e pede que seja feito uma avaliação da manutenção das estradas, que está sendo feito de forma incorreta. Também ressalta que a pavimentação do Marsilac consta como feita pela administração anterior e não é o caso.

Maria Júlia sugere a criação de um planejamento de manutenção preventiva das estradas, para que tenha um calendário de manutenção das vias e que ele seja cumprido antes da época das chuvas e que ele seja aberto para a população. Assim a sociedade civil pode ter informações sobre qual via está feita e se não foi feito, porque não foi e poder levar isso imediatamente à subprefeitura. O objetivo seria diminuir as ações paliativas que surgem durante a época de chuvas e ter informação de como o poder público está agindo.

Patrícia perguntou qual empresa está realizando a pavimentação ecológica, ela questiona por preocupações de algumas empresas que não fazem um trabalho completo. Também pergunta sobre a possibilidade da utilização de solo-cimento.

Roberto Carlos informa Patrícia que o projeto, que define qual material e técnica é utilizada, precisa ser aprovado pelo Conselho Gestor, porém a empresa que vai realizar a obra é feita através de licitação pública e não há como fazer o controle.

Sílvio responde Português para verificar se o pagamento foi efetivado para o projeto de pavimentação e se o recurso foi inserido. Informa que existe um padrão para a manutenção das estradas de terra e que se este não está sendo seguido para entrar em contato com provas para que a subprefeitura faça a correção. Sílvio explica que a subprefeitura tem empresas contratadas para realização dos serviços de manutenção e que elas são pagas um valor mensal fixo e que, portanto, não há como medir o custo individual da manutenção de uma estrada específica, fala que o valor mensal pode ser encontrado no tribunal de contas do município.

Sílvio reitera a utilização do Portal 156 para atendimento da subprefeitura e que por ele a subprefeitura consegue ter uma ação mais rápida, pede que se for urgente para que a população se mobilize para criar vários protocolos do mesmo pedido para que seja considerado como prioridade.

Vera informa que as estradas próximas da RPPN Curucutu sofrem com a passagem constante de caminhões de grande porte, as estradas estão danificadas impedindo a passagem de carros comuns e a situação continua a agravar. Ela informa que já tentou verificar o impedimento da passagem dos caminhões no local, mas não é possível.

Sílvio informa que a solução talvez seria a implementação do Programa Melhor Caminho para realização de manutenção. Roberto pede que seja enviado registro dos caminhões para e que ele vai questionar a CET para verificar o que ocorre e o que pode ser feito nessa região. Roberto ressalta que as informações de necessidade precisam chegar aos técnicos que elaboram o orçamento e planejamento da cidade, para que esses fiquem cientes da situação e aloquem os recursos necessários para sanar essa demanda. Roberto indica a criação das demandas pelo 156 e ação do Ministério Público para que essas informações cheguem nos técnicos.

Ações da Gestão

Roberto faz um resumo das ações realizadas pela gestão no mês de fevereiro, com 820 pessoas atendidas nesse período.

Encerramento e Encaminhamentos

Roberto pede as fotos para encaminhar a demanda à CET, orientação para que a sociedade civil continue pressionando a Subprefeitura e órgãos técnicos, organização do mutirão de limpeza no dia 14 de março e continuação da operação verão nos fins de semana.

Anexo I – Foto



